

A União Ibérica, ocorrida em 1580, trouxe sérias conseqüências para Portugal em decorrência da perda de sua soberania para a coroa espanhola. Uma destas conseqüências foi o rompimento das relações entre aquele reino e as Províncias Unidas dos Países Baixos, que mantinham, até então, boas relações comerciais. Nestas relações, também estava incluído o comércio com as colônias portuguesas. No caso da América portuguesa, os holandeses eram os responsáveis pelo refino e distribuição do açúcar produzido na colônia, que era então o principal produto de exportação. Os portugueses, por sua vez, recebiam em seus portos os produtos trazidos pelos navios holandeses.

Com a união das coroas ibéricas, os holandeses passaram a sofrer sanções comerciais de Felipe II, Rei da Espanha, uma vez que desde 1568 os Países Baixos lutavam pela sua independência frente ao domínio espanhol. Assim como o pequeno reino lusitano, as suas colônias também tornaram-se domínio espanhol, de modo que o lucrativo comércio do açúcar foi prejudicado pelas determinações felipinas. Portugal, que dependia dos produtos negociados com os holandeses, reagiu às sanções impostas e obteve, junto ao governo espanhol, uma trégua em 1609 que perdurou até 1621, episódio que ficou conhecido como a Trégua dos Doze Anos.

Beneficiados com a trégua, no final do século XVI e início do XVII, os holandeses já participavam do financiamento de engenhos de açúcar e estavam cada vez mais interessados na América portuguesa.¹ O fim da trégua entre a Espanha e os Países Baixos, portanto, prejudicou os negócios holandeses na América e incentivou-os a reforçarem os ataques às possessões portuguesas, que já ocorria, só que com menos intensidade, durante a guerra. O fim da trégua em 1621 coincidiu com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais, associação de mercadores que tinha por objetivo resguardar o comércio nas regiões que mantinham negócios com os Países Baixos. Para isto, a companhia foi autorizada pelo governo a conquistar terras, esta “... seria responsável pelo governo local, criando instituições e firmando acordos com os principais homens das áreas incorporadas.”²

Já em maio de 1624, a Companhia liderou uma invasão à Bahia, capital da América portuguesa. Seu domínio, no entanto, foi breve e já em abril de 1625 esta região era reconquistada. Outro ataque na América portuguesa foi planejado para 1630. Desta vez a capitania escolhida foi a de Pernambuco, considerada a mais rica produtora de açúcar no mundo. Os holandeses já conheciam Pernambuco, pois muitos lá residiam e/ou negociavam.³ A zona urbana de Recife e Olinda foi facilmente conquistada. O mesmo não ocorreu com a zona rural, que ofereceu forte resistência à ocupação holandesa. Diferentemente da Bahia, o domínio holandês em Pernambuco foi mais duradouro e perdurou até 1654, quando os luso-brasileiros, com o auxílio de tropas enviado por D. João IV, retomaram a capitania e esta se tornou novamente domínio da coroa portuguesa.

Além da capitania de Pernambuco, os holandeses ocuparam, sobretudo, as capitanias de Itamaracá, da Paraíba e do Rio Grande. Muitos fatos ocorreram durante os 24 anos de domínio holandês em Pernambuco. A transferência da capital de Olinda para Recife, a urbanização e saneamento desta vila durante o governo de Maurício de Nassau, o aumento da população para mais de 6.000 habitantes, as crises de abastecimento, mudanças na administração, a restauração da coroa portuguesa em 1640 e a guerra empreendida pelos luso-brasileiros, a partir de 1645, para restaurar o domínio português são alguns destes fatos.⁴

Este período da dominação holandesa foi um dos mais documentados na historiografia do Brasil-colônia. Particularmente, o governo de Maurício de Nassau (1637-1644) e a restauração pernambucana (1645-1654) são as fases de maior relevo.⁵ Nesta fase holandesa, como afirma José Honório Rodrigues, “... destaca-se singularmente Frei Manuel Calado do Salvador...”⁶ autor de *O valeroso Lucideno*.

O *valeroso Lucideno*, escrito entre 1645 e 1646, teve dois objetivos: narrar as proezas dos portugueses durante a guerra contra os holandeses na Capitania de Pernambuco e conseguir o apoio da coroa portuguesa na luta pela restauração.⁷ Apesar de ter sido escrito no calor da luta entre portugueses e holandeses, o *Lucideno* não é somente uma narrativa de guerra. José Antônio Gonsalves de Mello o considera admirável, “... pois, apresenta flagrantes da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora”.⁸

Por ser um registro testemunhal, a obra é considerada uma crônica pois apresenta as características próprias deste tipo de documento histórico, tal como foi apontado por Honório Rodrigues no prefácio de *História da História do Brasil*. Diferenciando Crônica de História, o autor considera o primeiro gênero menor, escrito de uma forma viva e atual por quem presenciou os acontecimentos. A História, por sua vez, caracteriza-se por ser escrita após os acontecimentos. Em comum, ambas teriam a conexão com a realidade e o fato de serem sempre narrativas.

Outras obras foram escritas sobre o mesmo tema do *Lucideno*, como por exemplo, *História da Guerra de Pernambuco* de Diogo Lopes Santiago, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* de Duarte de Albuquerque Coelho e o *Castrioto Lusitano* de frei Rafael de Jesus. Gonsalves de Mello atribui a importância do *Lucideno* à escassez de obras de autores portugueses que foram contemporâneos da guerra.⁹ Além disto, as obras de Diogo Lopes e frei Rafael de Jesus foram baseadas na narrativa de Calado e, segundo Gonsalves de Mello, em torno de 40% destas foram copiadas do autor.¹⁰

O *valeroso Lucideno* foi lançado em Lisboa em 1648¹¹, no entanto, foi somente no século XIX que a obra gozou de aceitação. Como afirma Evaldo Cabral de Mello,

“... para entender o ostracismo do *Lucideno*, há que também levar em conta as qualidades que lhe dão precisamente, aos olhos do leitor contemporâneo, um valor peculiar: a feição memorialista de transcrição de uma experiência pessoal e insubstituível, a descrição gráfica dos episódios, o ar de reportagem ou de ‘história imediata’, uma linguagem espontânea e até coloquial, (...). Nada disso tocava a sensibilidade ou despertava o interesse do leitor do século XVII ou do XVIII.”¹² (grifo do autor).

Este ostracismo também se deve a escassez da obra no século XVII.¹³ Foi somente a partir do século XIX que o *Lucideno* passa a ser valorizado através de Fernandes Gama, que realçou os feitos de Calado em *Memórias Históricas*. Evaldo Cabral, que atribui à Fernandes Gama a reabilitação da obra, discorda de Honório Rodrigues, pois este autor considera tal reabilitação ato de Capistrano de Abreu.¹⁴ Outro fato que colaborou para a repercussão da obra, segundo Evaldo Cabral, foi a reabilitação histórica que os autores do século XIX fizeram do governo de Nassau, com base nas descrições de Calado.¹⁵ O próprio Capistrano utilizou o autor para caracterizar o conde Maurício de Nassau.¹⁶

A obra de Calado foi escrita em prosa e intercalada por versos, os últimos utilizados na maior parte das vezes para resumir o conteúdo que os antecederam. Tais versos, a que o autor se dedicou em sua juventude¹⁷ são utilizados para o “alívio e entretenimento do leitor”.¹⁸ Calado introduz os capítulos iniciais com sermões sobre doutrina católica. Calado introduz os capítulos iniciais com sermões sobre doutrina, relacionando-os com o conteúdo de cada capítulo. Outra característica da obra é a transcrição de documentos como cartas e discursos que o autor faz com o intuito de comprovar a veracidade dos fatos descritos.¹⁹

Estudiosos de destaque sobre o período, como Gonsalves de Mello e Charles Boxer, utilizaram o *valeroso Lucideno*, entre outras obras, para compor um quadro desta fase.²⁰ Estudando o imaginário da restauração pernambucana, Evaldo Cabral de Mello analisou crônicas luso-brasileiras, entre elas o *Lucideno*, para demonstrar de que modo a narrativa de Calado foi utilizada pelos nativistas, fazendo um estudo da obra e do seu autor, destacando as suas principais características ao localizá-la entre as crônicas seiscentistas.²¹

O frei são paulino produziu um discurso religioso caracterizado por uma leitura providencialista dos acontecimentos narrados.²² Junto a este caráter providencialista, Evaldo Cabral acrescenta, como característica da obra, o fato de Calado ter sido profundamente influenciado pelo fenômeno da “culpabilização ocidental”, conferindo à noção de pecado uma amplitude e profundidade características dos seiscentos.²³

Um estudo sobre as representações contidas em *O valeroso Lucideno* tem por objetivo, portanto, contribuir para um melhor conhecimento sobre o modo como o discurso religioso estruturou o universo luso-brasileiro, tornando-se um elemento a mais na compreensão da sociedade colonial, de seus membros e da sua dinâmica.

Michel Foucault considera os textos religiosos entre “... os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ...”²⁴ As representações contidas no *Lucideno* sobre católicos e protestantes, nos fornecem elementos para o entendimento dos conflitos gerados a partir da reforma proposta por Lutero e seus seguidores. A imagem dos católicos foi construída na obra em oposição à dos protestantes. Para Calado, a Capitania de Pernambuco já estava, antes do domínio holandês, moralmente decaída com a entrada de vícios como “usuras”, “onzenas”, “ganhos ilícitos” e “amancebamentos públicos”, “ladroíces”, “brigas”, “estupros”, “adultérios” e práticas judaizantes.²⁵ Com a invasão holandesa em 1630, os moradores, antes sujeitos destes atos, tornaram-se, a partir de então, vítimas dos holandeses, passando a ser designados por Calado como “tristes”, “afligidos”, “miseráveis” e “pobres”.²⁶

Outro aspecto, necessário para a compreensão do universo luso-brasileiro descrito na obra, é a análise da relação entre o recuo da Religião Católica, com a invasão dos “hereges calvinistas”, e a perda da glória de uma proclamada “tradição portuguesa” no ultramar. Estes dois pontos articulados pelo autor estão diretamente ligados ao providencialismo da obra e ao modo como o discurso religioso estruturou a realidade colonial.

Devido à escassez de documentos, a biografia de frei Manuel Calado ainda permanece obscura em muitos aspectos, especialmente nos relativos a datas. O próprio frei relembrou no *Valeroso* seu passado em Vila Viçosa, sua terra natal, numa reconstituição ausente de datas. O fato é que o autor nasceu nesta província portuguesa, filho de Diogo Calado e Inês Martins. Tendo morrido em 12 de julho de 1654 com 70 anos, de acordo com o relato de Diogo Barbosa Machado, pode-se cogitar que o seu nascimento foi por volta do ano de 1584. Um depoimento do próprio Calado num processo em 1647 indica que o seu nascimento poderia ter ocorrido entre 1600 e 1601, uma vez que o mesmo afirmou estar com 46 anos na época.²⁷

Calado nasceu e se criou “... à sombra da Casa de Bragança ...”.²⁸ Conhecidos pelo pensionato de estudantes e pelo mecenato de clérigos e letrados, os duques de Bragança possuíam muitos dependentes. O fortalecimento desta corte, bem como de outras casas reais portuguesas, seguiu um processo iniciado com a União Ibérica, que provocou um êxodo dos nobres da cidade para o campo, originando um renascimento da vida cortesã, manifestada especialmente em grandes festas promovidas por estas casas.²⁹

Frei Calado em suas lembranças de Vila Viçosa retrata um pouco do cotidiano dos duques e dos festejos. Assim como a grande maioria dos intelectuais, o frei também teve seus estudos patrocinados pelo duque de Bragança,

“... logo me mandou para a Universidade de Évora, aonde estudei a Lógica, e Filosofia, por sua conta, e me formei em Bacharel, Licenciado, e Mestre em artes, pagando-me Sua Excelência os gastos de meus graus; e no ano, em que me graduei em Mestre em artes, casou o Excelentíssimo Senhor Duque com a Senhora Dona Ana de Velasco ...”³⁰

Como o próprio Calado relembra, Vila Viçosa possuía quatro conventos, sendo os duques de Bragança protetores do convento de São Paulo da congregação dos Eremitas da Serra Dossa, ao qual o frei pertencia.³¹

José Antônio Gonsalves de Mello apresentou alguns dados biográficos do frei de acordo com dois escritores. Diogo Barbosa, autor da *Bibliotheca Lusitana*, afirmou que Calado entrou na ordem de São Paulo em 1607. Enquanto que Capistrano de Abreu, tomando o casamento citado como base, informou que este se graduou em 1603.

O mesmo Diogo Barbosa afirmou que o frei veio para o Brasil em 1617, aqui permanecendo por quase trinta anos, quando teve que retornar a Portugal em 1646 com o intuito de pedir ajuda a Coroa para a guerra de restauração. Documentos oficiais informam que Calado permaneceu no Brasil de 1624 a 1646, ou seja, 23 anos. O fato é que durante sua permanência na América, foi senhor de escravos, possuiu terras e presenciou a invasão holandesa à capitania de Pernambuco, participando ativamente da resistência portuguesa, como deixou claro em sua obra.³²

Calado pretendeu registrar os feitos dos portugueses numa guerra que vivenciou de perto, escrevendo por diversas vezes no meio das batalhas e participando de algumas destas, como no caso em que formou um pequeno grupo armado para, segundo seu relato, defender os moradores de um edital holandês que exigia que estes e suas famílias se retirassem de suas terras para morarem em Sirinhaem. Procurado pelos moradores, frei Manuel recomendou que resistissem a esse edital, foi quando “... se lhe ofereceram setenta e cinco mancebos atrevidos, entre os quais entravam dez mulatos, e seis negros crioulos, os quais todos tinham armas de fogo.” O frei segue descrevendo suas atividades, “...fazíamos emboscadas; e de dia estavam os soldados em casa do Padre, comendo, e bebendo, e alimpendo as suas armas (...), e à boca da noite todos íamos a tomar nossos postos junto ao inimigo...”³³

Calado também utilizou-se da palavra para incitar os portugueses contra os holandeses. Em tempos de guerra, a luta pela posse da terra e pela religião, fez com que o frei se desviasse muitas vezes da doutrina religiosa, como observamos neste relato:

“... estando o Padre Frei Manuel acabando de dizer missa, apareceram ao longe, descendo por um outeiro, sete Flamengos, que vinham a se ajuntar com o Estacor; e ele fez uma prática aos que ali se acharam, que pois os Flamengos abrasavam meninos inocentes, que não usássemos nós com eles de clemência alguma, mas antes fôssemos logo a matá-los. Partiram-se todos, e por dentro de um mato lhe saíram de través, e todos sete caíram mortos...”³⁴

O frei são paulino não participou somente da luta armada. A sua posição permitiu que tivesse um trânsito livre entre os líderes da guerra de resistência e mantivesse um contato muito próximo com o conde Maurício de Nassau, o que permitiu que participasse igualmente do que poderíamos chamar de “diplomacia da guerra”. A ligação de Calado com Maurício de Nassau, de quem não escondeu sua admiração, é um aspecto recorrente em sua biografia, por ter gerado muitas controvérsias no período e ter levantado as suspeitas de que o frei poderia ser um colaboracionista. Tal contato permitiu que o frei além de manter suas atividades religiosas, como a confissão dos fiéis e a reza de missas (quando autorizada pelos holandeses), servisse de protetor para os moradores de Pernambuco intercedendo por estes junto ao conde que, por muitas vezes, contrariava as ordens dos holandeses, como nesta passagem em que o frei descreve uma das proibições a que os holandeses submetiam os portugueses com relação a sua religião:

“Usavam mais outra maldade, e era que não queriam consentir que os Portugueses que condenavam à morte, se confessassem, nem chegassem Sacerdotes aonde eles estavam, nem os acompanhassem até o pé da forca, antes lhe mandavam os seus predicantes Luteranos, e Calvinistas, para que os pervertessem, e os inclinassem a suas falsas seitas. E o Padre Frei Manuel alcançou do Príncipe licença para ir a confessar, e acompanhar alguns padecentes, e dali por diante se guardou esta ordem”³⁵

Podemos observar, portanto, que frei Calado foi uma figura importante durante este período. Sua narrativa nos oferece uma descrição da sociedade colonial e de sua dinâmica diante da presença holandesa. A invasão dos holandeses, a princípio por motivos econômicos, trouxe para a América portuguesa o ódio nascido com a Reforma

Protestante na Europa entre católicos romanos e calvinistas. A guerra pelo açúcar tomou feições de guerra religiosa, especialmente quando retratada por um clérigo.

Para compreender o modo como Calado ordena esta sociedade colonial é preciso recorrer ao conceito de representação, uma vez que este analisa de que maneira o que chamamos de “realidade” é construída em uma determinada época e como os homens constroem esta realidade, representando a si mesmos e aos outros. Como considera Roger Chartier, “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.”³⁶

Necessário se faz, portanto, localizar o autor no seu tempo para a partir, de então, analisar sua concepção de mundo. Calado compartilhou das mesmas características dos autores dos seiscentos, tais como o monarquismo, o catolicismo, o providencialismo, irrupção do imaginário medieval, a descrição de uma sociedade estamental e a consideração pelas instituições ou processos nobilitantes.³⁷ Todos estes traços estão presentes, em maior ou menor grau, no *Lucideno*.

Neste quadro estruturado por Calado, a vila de Olinda ocupou um lugar de destaque. Na obra, a vila, que foi palco da invasão holandesa, representa a Capitania de Pernambuco e, num sentido mais amplo, todo o nordeste açucareiro. Como observou Evaldo Cabral, “... a queda de Olinda tinha um escopo amplo que significava a condenação de toda a população colonial...”³⁸ O autor atribui esta representação do todo pela parte à importância econômica da vila para a metrópole habsburgo-portuguesa. Olinda pode ser tomada como exemplo do “glorioso” passado português e de sua decadência, sendo possível, a partir dela, compreender a conjuntura da metrópole e a sua relação com a colônia.

Uma análise do *valeroso Lucideno* permite, portanto, o entendimento das relações entre católicos e protestantes, portugueses e brasileiros, destes com os negros e índios, a partir da ótica de um religioso do século XVII. No entanto, dado à disseminação dos valores católicos e a união entre Igreja e Estado no projeto colonizador, sua visão pode ser estendida aos membros da elite colonial., constituindo-se, igualmente, numa boa fonte de estudo da sociedade do Brasil-colônia.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacir (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, p. 236.

² GESTEIRA, Heloísa Meireles. O Brasil dos holandeses. In: PEREIRA, Paulo Roberto. (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional*, p. 189.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacir (Dir.). *Op. Cit.*, p. 237.

⁴ *Ibid.*, passim.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*, p. 64. Dos cronistas desta fase o autor destaca Barleus, Calado, Moreau, Francisco Manuel de Melo, Nieuhof, Pedro Cadena e Matheus van den Braeck como os mais representativos para o estudo deste período.

⁶ *Ibid.*, p. 65.

⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 9.

⁸ *Ibid.*, p. 12.

⁹ *Ibid.*, p. 17.

¹⁰ *Ibid.*, p. 20.

¹¹ *Ibid.*, p. 23.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*, p. 89.

¹³ *Ibid.*, p. 74

¹⁴ *Ibid.*, p. 92.

¹⁵ *Ibid.*, p. 93.

¹⁶ ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial, p. 126.

¹⁷ CALADO, frei Manuel. *O valeroso Lucideno*, v. 2, p. 24.

¹⁸ *Ibid.*, p. 50. v. 1.

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. Cit.*, p. 16.

²⁰ José Antônio Gonsalves de Mello utilizou a documentação holandesa sobre o período para compor uma vasta obra a respeito do domínio holandês, sendo *Tempo dos Flamengos* uma das mais conhecidas. Já Charles Ralph Boxer é autor de *Holandeses no Brasil*.

²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Op. Cit.*

²² MELLO, Evaldo Cabral de. *op. cit.*, p. 241. O autor destaca dois modelos de crônicas predominantes no Ocidente no século XVII. Além da leitura providencialista, em que se insere Calado e, em menor grau, Diogo Lopes Santiago e frei Rafael de Jesus, o autor destaca a leitura político-militar, representada pelas obras de Duarte de Albuquerque Coelho e Brito Freyre.

²³ *Ibid.*, p. 243. Fenômeno estudado por Jean Delumeau na obra *Le Peché et la peur*.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, p. 22.

²⁵ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso Lucideno*, v. 1, p.48.

²⁶ *Ibid.*, passim.

²⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador*, p. 28.

²⁸ CALADO, frei Manuel. *Op. Cit.*, v. 1, p. 150.

²⁹ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da restauração*, p. 109.

³⁰ CALADO, frei Manuel. *Op. Cit.*, v. 1, p.151.

³¹ *Ibid.*, p. 156. Os demais conventos são o de São Francisco, o de Santo Augustinho e uma casa dos padres da Companhia de Jesus.

³² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. Cit.*, p. 28.

³³ CALADO, frei Manuel. *Op. Cit.*, v. 1, p. 70.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ CALADO, frei Manuel. *Op. Cit.*, v. 1, p. 112.

³⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural*, p. 17.

³⁷ WEHLING, Arno. A historiografia brasileira e o acervo da Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional*, p. 501.

³⁸ MELLO, Evaldo Cabral. *op. cit.*, p. 245.